

A mulher e a roca: estudo sobre Dona Henriqueta

The Woman and the Spinning Wheel: Study on Dona Henriqueta

Suellen Cloger dos Santos 
Marcos Hidemi de Lima 

Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, PR, Brasil.

E-mails: suellencroge@gmail.com; mhlima@professores.utfpr.edu.br

RESUMO: Este artigo analisa Dona Henriqueta, uma das personagens da novela *Ana Terra* (Érico Veríssimo, 1971), efetuando discussões e reflexões sobre a representação feminina dentro do contexto patriarcal. Neste sentido, o trabalho busca analisar como a personagem, circunscrita às tarefas domésticas, lida com as dificuldades da vida rural e com as opressões sofridas devido à dominação masculina. Em resumo, este trabalho problematiza a realidade de opressão e desvalorização feminina que ocorre com Dona Henriqueta. Demais, a narrativa demonstra como alguns valores da ordem patriarcal acabam afetando a existência de muitas mulheres, às vezes inconscientemente, pelo fato de a hierarquia que ocorre nas relações entre homens e mulheres se enraizar sob forma de crenças, práticas e condicionamento de gerações. A análise da figura feminina, portanto, evidencia justamente uma estrutura social fundada tão somente na valorização da esfera masculina.

PALAVRAS-CHAVE: *Ana Terra*, personagem feminina, ordem patriarcal.

ABSTRACT: This article analyzes Dona Henriqueta, one of the characters of the soap opera *Ana Terra* (Érico Veríssimo, 1971), making discussions and reflections on female representation within the patriarchal context. In this sense, the work seeks to analyze how the character, circumscribed to household chores, deals with the difficulties of rural life and with the oppressions suffered due to male domination. In summary, this work problematizes the reality of female oppression and devaluation that occurs with Dona Henriqueta. Moreover, the narrative demonstrates how some values of the patriarchal order end up affecting the existence of many women, sometimes unconsciously, due to the fact that the hierarchy that occurs in relations between men and women takes root in the form of beliefs, practices and conditioning of generations. The analysis of the female figure, therefore, shows precisely a social structure founded only on the appreciation of the male sphere.

KEYWORDS: *Ana Terra*, female character, patriarchal order.

COMO CITAR

SANTOS, Suellen Cloger dos;
LIMA, Marcos Hidemi de.
A mulher e a roca: estudo sobre Dona Henriqueta. *Revista da Anpoll*, v. 55, e1985, 2024. doi: <https://doi.org/10.18309/ranpoll.v55.1985>

Presente na novela *Ana Terra*, Dona Henriqueta é a mãe da personagem que dá título à obra. A novela é o segundo capítulo cronológico de *O continente* (1949), romance que compõe com *O retrato* (1951) e *O arquipélago* (1961) a trilogia *O Tempo e Vento*, de Érico Veríssimo. Devido a seu enredo marcante que traça a trajetória de luta e resistência da personagem que dá título à narrativa, posteriormente a novela foi publicada separadamente. Ana Terra é personagem de grande relevo para a trilogia, posto que é a matriarca que dá origem aos Terra-Cambará, simbolizando o poder feminino num período em que a mulher não tinha valor nenhum perante a sociedade.

Os fatos ocorridos na novela se passam entre 1777 e 1811, momento de ocupação do estado do Rio Grande do Sul por meio das concessões de terras (sesmarias) para produtores de diferentes regiões do país, considerada a época dos pioneiros.

Ligia Chiappini descreve o período da seguinte forma:

Quando o episódio de Ana Terra tem início, ainda é tempo de pioneiros, como seu pai, Maneco Terra, com quem ela vive, aos 25 anos, numa casa simples, ao lado da mãe, a sofrida dona Henriqueta, e de dois irmãos, Antônio e Horácio. A família se sustenta criando animais e plantando principalmente o trigo, produto que acompanhará a história da região com os altos e baixos da política e da economia. Esse lugar em que moram é isolado e distante de outros mais povoados, como Rio Pardo, aonde os irmãos vão comprar e vender coisas, e de onde trazem notícias da civilização. A vida ali é feita de muito trabalho, nenhum conforto, poucas alegrias e quase nenhum diálogo (2005, p. 18).

A novela mostra a dura realidade de vida dos colonizadores da região por intermédio das personagens criadas por Veríssimo. Assim como o pai de Ana, muitos foram para a região à procura de melhores condições de vida, mas depararam-se com um cenário de muito trabalho, medo e isolamento. No site da *Companhia das Letras* (2005), a apresentação da novela salienta que “O cotidiano dos Terras é duro, penoso, arriscado. Tiram sustento da colheita. Calculam a passagem do tempo observando a natureza. Vivem sob o perigo de ataques de índios ou de renegados castelhanos, estes últimos recentemente expulsos do Continente de São Pedro”.

Isso não descreve apenas o cotidiano dos Terra, mas sim o de todo um contingente de pessoas que com muita coragem desbravou o sul do Brasil. Desse modo, a obra de Veríssimo entrelaça a ficção com a realidade, numa narrativa que liga o romanesco com o documental, tecendo críticas sociais de par com a saga familiar dos Terra-Cambará.

Em *Ana Terra*, a narrativa apreende a visão histórico-social de Veríssimo em relação à formação do Rio Grande do Sul. A narrativa materializa ao longo de suas linhas a realidade de par com os elementos do romance. Além disso, a obra busca enfatizar a valorização da mulher por meio da personagem que dá título à novela. Até a certa altura da narrativa, o enredo apresenta Ana inicialmente submissa ao pai e ao irmão. Na sequência, quando submetida a uma violência sexual extremamente aviltante, ela subverte a ordem patriarcal a que vinha se assujeitando e abandona as terras onde vivera até então para iniciar uma nova trajetória de vida. A partir dessas mudanças, os leitores se veem às voltas com uma mulher libertária. Nas palavras de Chiappini (2005, p. 18), “Ana como que morre e renasce, indo ao fundo de um poço e reganhando a superfície, de alma e corpo lavados, pronta para reiniciar a vida fora

daquele lugar. Ela é a personagem que começa a paciente construção (ou reconstrução) de uma identidade”.

Em decorrência do estupro sofrido por Ana, ela efetua uma construção de uma nova identidade para si mesma, ou seja, ela deu a si própria, em razão dos terríveis acontecimentos vividos por ela nas terras dos pais, a oportunidade de um destino diferente do de sua mãe, destino que vai impactar nas próximas gerações de mulheres da família.

Diferente e contrastante é a realidade vivida pela mãe. Dona Henriqueta não possui nenhum lugar de destaque, é apresentada como esposa obediente ao marido, mãe zelosa de três filhos, Antônio, Horácio e Ana, dedicada aos trabalhos da casa, à lida pesada da roça e à noite ainda encontra tempo e disposição para trabalhar na roca de fiar. Dona Henriqueta segue, fielmente, as tradições da moral e dos bons costumes patriarcais, passando seus dias oprimindo no mais profundo do seu ser seus anseios, praticamente fazendo-se quase uma escrava da sua condição de mulher submissa, existindo apenas para se dedicar a família e aos trabalhos domésticos sem ter sequer direito à voz.

Mas para compreender o universo desta personagem silenciada e silenciosa, é preciso, primeiramente, pensar no cenário histórico que define a existência das mulheres na região sul no seu período que transcorrem os fatos da novela. No panorama da história que trata sobre as mulheres no Brasil, elas ocupam um papel social inferior ao dos homens. Em sua grande maioria, estavam destinadas à submissão masculina, sua existência se restringia ao ambiente doméstico, nasciam com o futuro predeterminado ao matrimônio e à maternidade, cabendo a elas apenas cumprir os deveres cotidianos do lar.

Nessa posição que cabia às mulheres, Ana Silvia Scott (2013) em “Família: o caleidoscópio dos arranjos familiares”, salienta que no passado as únicas identificações de valores das mulheres perante a sociedade eram as de “filha”, “esposa” e “mãe”, consolidando e restringindo o ciclo da vida feminina a essas fases, o qual era concebido pelos valores patriarcais. Ainda segundo Scott, estes funcionavam da seguinte forma:

Por muito tempo, ao longo da história do Brasil, os valores patriarcais, que remontam ao período colonial, foram referência quando o assunto é família: pressupunham a ideia de submissão de todos (parentes e/ou dependentes) que estivessem sob o poder do pater familias. Na ordem patriarcal, a mulher deveria obedecer a pai e marido, passando da autoridade de um para a do outro através de um casamento monogâmico e indissolúvel. O domínio masculino era indiscutível. Os projetos individuais e as manifestações de desejos e sentimentos particulares tinham pouco ou nenhum espaço quando o que importava era o grupo familiar e, dentro dele, a vontade do seu chefe, o patriarca, era soberana. (2013, p. 9).

No que concerne à ordem patriarcal, no texto “Casamento e Etapas da Vida Feminina”, June E. Hahner (2013) observa que nem mesmo as mulheres que pertenciam às camadas elitizadas tinham o direito de entrar no meio “masculino”. Inclusive, a própria Igreja Católica restringia as mulheres à esfera privada e reforçava o ideal de reclusão feminina.

Num país cujo processo de colonização passou pela agricultura, o Brasil - mesmo após ter obtido a independência de Portugal - manteve muitos dos valores deste mundo rural no qual a ordem patriarcal impunha sua maneira de agir, controlar, coibir, transformar. Silvia Fávero Arend (2013) ressalta que, além do latifúndio de exportação, existia um número

significativo de pequenas plantações que mantinham o mercado interno com características próprias de cada região, sendo composto pelas famílias dos proprietários rurais e agregados.

No que tange à constituição familiar no meio rural, as mulheres mais abastadas, as chamadas *sinhás*, pertencentes às famílias dos proprietários de terras, gozavam de alguns privilégios, mas, mesmo assim, acabavam tendo o mesmo destino das demais de circunscreverem-se à esfera privada. Quando crianças, *sinhazinhas*, podiam brincar livremente, aprendiam posteriormente bordado, confecção de rendas, costura e produção do enxoval. As tarefas domésticas e cuidados com as crianças eram de responsabilidade das criadas de servir, logo não havia necessidade de que as futuras senhoras aprendessem tais tarefas, todavia cabia a elas, sim, ordenar que fossem realizadas. Quando enfim se tornavam moças, com a chegada da menstruação (havia as que se tornavam esposas antes mesmo disso), estavam prontas para o casamento. Como o matrimônio envolvia patrimônio, a virgindade era condição fundamental para a união acontecer. Em suma, repetia-se o ciclo de vida feminino já comentado anteriormente.

Em contrapartida, à margem de uma existência privilegiada, estavam as mulheres pobres, que nasciam fadadas ao trabalho. Com a idade de 4 a 5 anos, já auxiliavam nos trabalhos domésticos, lidavam com os animais e tinham que se preocupar com os cuidados com as crianças. Nas lavouras, realizavam atividades que necessitavam de habilidade manual e serviços que exigiam menos esforço físico. No quesito das relações afetivas, ao atingirem a mocidade, Silvia Fávero Arend destaca o seguinte:

Apesar de os religiosos católicos buscarem difundir o ideário da castidade, entre essa população era comum que relações sexuais acontecessem no momento em que o corpo das meninas adquiria os primeiros contornos da mocidade. Esses eventos, muitas vezes fugazes, respondiam a desejos e impulsos individuais. Porém, para uma parcela de meninas pobres, a história não se passava desse jeito; eram violentadas pelos seus senhores, patrões, parentes, conhecidos ou estranhos (algumas delas até pelos próprios pais, a despeito do tabu social do incesto). A prole das meninas pobres gerada a partir de relacionamentos considerados ilegítimos (com exceção dos incestuosos) não se constituía em um problema social na época; os bastardos iriam engrossar a fileira de trabalhadores e trabalhadoras necessários para a geração da riqueza do país. (2013, p. 35).

Diante de tal cenário desolador apresentado por Arend, evidencia-se que a vida dessas mulheres se equiparava à das escravas, uma existência cruel a serviço dos homens sob todos os aspectos e também marcada – na relação de mulheres com outras mulheres – pelos mandos e desmandos das *sinhás*.

No ensaio “Mulheres no campo”, Maria Izilda Matos e Andrea Borelli salientam que o trabalho da mulher no campo sempre foi uma constante. Com o fim da escravidão e a inserção do sistema de colonato, as famílias de trabalhadores eram contratadas para os cuidados das lavouras. Nesse sistema de trabalho,

[...] as mulheres, além de trabalhar no cafezal, eram também encarregadas da lavoura de subsistência localizada em área definida pelos proprietários, onde se plantava principalmente milho e feijão. Elas ainda cultivavam uma pequena horta, criavam animais de pequeno porte (porcos e galinhas), cuidavam de uma ou duas

vacas e cavalos (quando havia), preparavam carnes (salgar, defumar), faziam embutidos e produziam banha e sabão, além de farinha (de milho e mandioca), conservas, doces, queijos e manteiga. O excedente dessa produção de subsistência era comercializado. (2013, p. 69).

Esse modelo organizacional de trabalho, mesmo com os contínuos abusos dos senhores de terras, perdurou até meados de 1950, mantendo-se entrelaçado com o trabalho assalariado e os arrendamentos.

Matos e Borelli também destacam, no ensaio, a importância das trabalhadoras rurais das pequenas propriedades disseminadas pelo país. Elas exerciam, junto a seus familiares, um trabalho coletivo, visando, muitas vezes, a sobrevivência, a manutenção da propriedade e o cultivo. Possuíam papéis diferentes dependendo da região onde viviam. No entanto, mesmo trabalhando a vida inteira, continuavam sem direito à terra. Esta ficava, frequentemente, de posse dos homens da família.

No que tange à condição feminina na região sul do país, a imagem da mulher está, provavelmente, associada à formação social e cultural da região. Diferente da economia brasileira baseada na exploração de mão de obra escrava, o sul apresentava um modo de vida voltado para pequenas propriedades, cuja composição racial se caracterizava mais por grupos brancos do que de negros. Isso fez com que os viajantes e pesquisadores reconhecessem as mulheres brancas pobres que circulavam pelas ruas. Na realidade, o fato de brancas pobres circularem nos espaços públicos não era nenhuma novidade no âmbito urbano das cidades do país, todavia tal situação frequentemente se associava a distinções raciais.

A composição social desta região meridional tinha sido decorrência do povoamento estratégico de defesa e expansão militar para além do meridiano de Tordesilhas. Fontes históricas apontam que o Rio Grande do Sul:

[...] foi povoado de forma planejada a partir de meados do século XVIII, com casais oriundos das ilhas dos Açores e da Madeira. Essa forma de povoamento iria se repetir em meados do século XIX, como parte de um projeto de “branqueamento” e de preenchimento de “vazios” territoriais, dando o tom da população e da economia local. Diferentemente dos grandes centros exportadores, a região apresentou uma produção voltada para o mercado interno, escravidão de pequena monta e economia diversificada, resultando numa acumulação de pequeno vulto. (Pedro, 2004, p. 233).

Beatriz Franzen (2008) observa que as açorianas vinham de uma sociedade assinalada por costumes rígidos e normas católicas que definiam a vida da mulher na sociedade e na família. No tocante ao casamento, vieram para o Brasil impregnadas dos preceitos da obra *Casamento Perfeito*, de Diogo Paiva de Andrade, publicada em Portugal em 1630. Entre as observações de Andrade que estas imigrantes seguiam, eis alguns exemplos:

Virtude e honestidade são qualidades fundamentais da mulher. O ócio é seu mais grave defeito... A mulher ideal é aquela dedicada à casa e ao patrimônio familiar. A mulher deve ocupar-se no honesto trabalho do governo da casa. O autor recomenda ao marido fazê-la trabalhar, pois é bom e necessário que ela viva ocupada. (*apud* Franzen, 2008, p. 04).

Havia contumazmente nas obras moralistas portuguesas dos séculos XVII e XVIII a preocupação de manter as esposas ocupadas com os afazeres domésticos e o cuidado com o marido, afinal o ócio poderia levá-las a pensamentos tendenciosos.

Ao chegar ao extremo sul do Brasil, acompanhando maridos ou pais, num cenário de pobreza e muitas dificuldades, o matrimônio para as mulheres solteiras se tornava essencial para a inclusão social delas e da família, mas isso não garantia melhorias nas condições de vida. A grande maioria se casava com homens de famílias que haviam chegado à região logo no início da inserção portuguesa no Continente de São Pedro. Essas famílias residiam nas regiões dos Campos de Viamão, Vale do Rio dos Sinos e no Rio Caí, onde possuíam sesmarias. Geralmente, os povos das terras do Vale buscavam em Porto Alegre, dentre famílias açorianas, suas companheiras.

Inseridas no meio rural, estas mulheres logo aprenderam a lidar com a terra. Ao lado de pais, companheiros, filhos e escravos, elas auxiliavam no trabalho, dividindo-se entre os afazeres domésticos, criação dos filhos e o labor das plantações e lida com os animais, ajudando a manter o patrimônio e a sobrevivência familiares. A prática de atividades pesadas fazia com que, muitas vezes, fossem retratadas como mulheres rudes:

[...] o cronista Francisco Ferreira de Souza, em 1777, escreve que elas só sabem falar de “égua, potranca, cavalos, laço, bois e bolas” (César: 1981, p.155/157). O historiador Alcides Cruz, em 1906, tendo por base suas pesquisas, escreve que “as mulheres, severas nos costumes e no trato, belas mas recatadas e trabalhadoras, não desbaratavam o tempo nem o produto de suas ocupações prediletas – a cortidura de couro e a fiação de tecidos – que alternavam com a assistência dos arranjos domésticos. (Franzen, 2008, p. 05).

Em suma, ainda conforme as palavras da Franzen (2008), além da adaptação à nova terra, estas mulheres sofreram com as frequentes guerras, a ausência dos maridos, as constantes ameaças de invasões pelos inimigos, as doenças e as falsas promessas do governo. Delas, a sociedade esperava total dedicação no cumprimento dos deveres de administração da casa de par com o rigor moralista da época, ainda tendo que assumir o sustento do lar ou mesmo novas núpcias. Tais condições vividas por estas mulheres imprimiram nelas a necessidade de procurar seus direitos. Na novela em foco, é o que sucede a Ana, que:

Veze sem conta tinha chorado de tristeza e de saudade naqueles cafundós. Vivia com o medo no coração, sem nenhuma esperança de dias melhores, sem menor alegria, trabalhando como uma negra, e passando frio e desconforto... Tudo isso por quê? Porque era a sua sina. Mas uma pessoa pode lutar contra a sorte que tem. Pode e deve. E agora ela tinha enterrado o pai e o irmão e ali estava, sem casa, sem amigos, sem ilusões, sem nada, mas teimando em viver. Sim, era pura teimosia. Chamava-se Ana Terra. (Verissimo, 2012, p. 71).

Determinada a ter um futuro diferente daquele ao qual estava destinada, Ana tomou as rédeas da própria vida, após a fatalidade que abateu a sua família, tornando-se um símbolo de força e resistência, diferente de Dona Henriqueta que, por conta da tristeza de uma existência de poucos horizontes, resignou-se à condição de mulher silenciada.

Dona Henriqueta é o mais puro retrato da condição de submissão da mulher no campo. Além de fazer o papel de dona de casa, esposa e mãe de maneira conformada, passando os dias oprimindo seus desejos e anseios dentro de si, encarnando uma espécie de escrava, ela vai gastando sua existência na lavoura e na roca de fiar sem direito a ter voz:

D. Henriqueta respeitava o marido, nunca ousava contrariá-lo. A verdade era que, afora aquela coisa de terem vindo para o Rio Grande e umas certas casmurrices, não tinha queixa dele. Maneco era um homem direito, um homem de bem, e nunca a tratara com brutalidade. Seco, calado e opiniático — isso ele era. Mas quem é que pode fugir ao gênio que Deus lhe deu? (Verissimo, 2012, p. 14).

Em uma estrutura familiar cujos valores patriarcais estão ainda bastante arraigados, Dona Henriqueta se condiciona às vontades do marido. Como se depreende da citação anterior, ele era um homem sério, severo e de poucas palavras. Consequentemente, Maneco “[...] exigia dos outros muito respeito e obediência, e não admitia que ninguém em casa discutisse com ele. ‘Terra tem só uma palavra’, costumava dizer. E era verdade. Quando ele dava a sua palavra, cumpria, custasse o que custasse” (Verissimo, 2012, p. 12).

Maneco resumia a vida a trabalho. Para ele, qualquer coisa diferente disso era considerada sem préstimo: “Naquela casa nunca entrava nenhuma alegria, nunca se ouvia uma música, e ninguém pensava em divertimento. Era só trabalho o quanto dava o dia. E a noite — dizia Maneco — tinha sido feita para dormir” (Verissimo, 2012, p. 14). Em decorrência destes hábitos, os Terra viviam num isolamento quase que total, tudo girava em torno da família, da solidão e do vento, sendo o trabalho o único elo que os unia uns aos outros.

O trabalho naquela região não era pouco nem fácil, principalmente para as mulheres. Como diz Ricardo Amaral, personagem da narrativa, “Trabalho manual era para mulher ou para negro” (Verissimo, 2012, p. 79). Estas palavras expressam a sina de d. Henriqueta. Sem escravos, cabia a ela, juntamente com Ana, o trabalho da casa, cuidar dos animais e auxiliar na lavoura dia após dia, qual escrava do próprio marido. O trabalho se fazia tão presente na vida da matriarca que pouquíssimas vezes na narrativa seu nome aparece desvinculado dele, quase como se fosse parte dela.

Eis alguns trechos nos quais podem ser observados a afirmativa do parágrafo acima: “— Pode ser bobagem — arriscou d. Henriqueta, levantando-se e começando a recolher os pratos. — Mas é bonito” (Verissimo, 2012, p. 29). Nesta passagem, percebe-se que sua ação de fala é seguida de afazeres domésticos. Situação análoga ocorre nesta outra citação: “— Mas numa cidade ao menos a gente está mais seguro, Maneco — disse d. Henriqueta, que se levantara para ir buscar a caixeta de pessegada” (Verissimo, 2012, p. 31). À fala dela sucede uma ação relacionada ao universo do trabalho. A situação se repete no excerto em que ela se dirige à filha: “— Deve ser o incômodo que vem vindo — disse a mãe, que tinha as mãos mergulhadas na água gordurosa da gamela” (Verissimo, 2012, p. 33).

As três citações, escolhidas como exemplos, evidenciam que o lugar de Dona Henriqueta não é o de fala, mas sim o de criada. Ela aparece nas cenas do romance sempre como alguém cuja função é apenas o exercício de alguma atividade laboral, sem expressar opiniões, pois sua voz acaba anulada pelo exercício de alguma tarefa do universo doméstico.

Como mencionado anteriormente, até mesmo os próprios sentimentos são oprimidos por Dona Henriqueta mediante a dedicação excessiva ao trabalho. Ela se oculta dos fatos, ocupando-se em trabalhar sem parar, como se procurasse fugir da realidade. Exemplo disso ocorre na atitude abrupta que os filhos tomam contra Pedro Missioneiro, de quem Ana engravidara, e na postura de alienação que Dona Henriqueta adota ao ser questionada pela filha:

– Eles mataram Pedro – repetiu.

D. Henriqueta não respondeu. O mugido duma vaca no curral lembrou-a de que tinha de ir tirar leite, começar o seu dia, seguir sua sina. Soltou um fundo suspiro, puxou para cima uma mecha de cabelo grisalho que lhe caíra sobre a testa, levantou-se, apanhou o balde e saiu. (Verissimo, 2012, p. 49).

A passagem mostra que ela não se deu ao “luxo” de sentir e examinar tal situação avassaladora e pavorosa efetuada pelos filhos. Dona Henriqueta apenas suprimiu dentro de si qualquer sentimento a respeito e prosseguiu em sua faina. Talvez seja isso o motivo de Ana não demonstrar pena da mãe quando esta morre. Em vez de chorar pela perda materna, na verdade, a filha sentiu certa alegria por aquela senhora tão massacrada pelos afazeres:

[...] porque sabia que a mãe finalmente deixado de ser escrava. Podia haver outra vida depois da morte, mas também podia não haver. Se houvesse, estava certa de que d. Henriqueta iria para o céu; se não houvesse, tudo ainda estava bem, porque sua mãe ia descansar para sempre. Não teria mais que cozinhar, ficar horas e horas pedalando na roca, em cima do estrado, fiando, suspirando e cantando as cantigas tristes de sua mocidade. Pensando nessas coisas, Ana olhava para o pai que se achava a seu lado, de cabeça baixa, ombros encurvados, tossindo muito, os olhos riscados de sangue. Não sentia pena dele. Por que havia de ser fingida? Não sentia. Agora ele ia ver o quanto valia a mulher que Deus lhe dera. Agora teria de se apoiar na nora ou nela, Ana, pois precisava de quem lhe fizesse a comida, lavasse a roupa, cuidasse da casa. Precisava, enfim, de alguém a quem pudesse dar ordens, como a uma criada. Henriqueta Terra jazia imóvel sobre a mesa e seu rosto estava tranqüilo. (Verissimo, 2012, p. 56).

Porém, nos dias que se seguiram, Ana percebeu que havia se equivocado ao pensar que a mãe tinha descansado, pois passou a ouvir madrugada adentro o ruído da roca de fiar e “Por fim convenceu-se de que era mesmo a alma da mãe que vinha fiar na calada da noite. Nem mesmo na morte a infeliz se livrara de sua sina de trabalhar, trabalhar, trabalhar...” (Verissimo, 2012, p. 58). Sequer a morte havia permitido que Dona Henriqueta se libertasse da sina de trabalhar indefinidamente. Limitada e condicionada a uma vida de servidão e sacrifícios, Dona Henriqueta tinha sido uma pessoa invisível aos olhos da sociedade e da própria família. Mero instrumento de trabalho, espécie de continuação de sua roca, a ela não fora dado sequer o direito de escrever a própria história.

A narrativa deixa patente que Dona Henriqueta não era feliz no lugar onde vivia. Ela tinha medo, não expunha ao marido e aos filhos sua contrariedade àquele modo de existência, entretanto sentia intimamente a dor de envelhecer naquele lugar. Sonhava voltar para o estado de São Paulo, de onde viera:

Dona Henriqueta sacudia a cabeça devagarinho. Aquilo não era vida! Viviam com o coração na mão. Os homens do Continente não faziam outra coisa senão lidar com o perigo. Tinha saudade de Sorocaba, de sua casa, de seu povo. Lá pelo menos não vivia com o pavor na alma. Às vezes temia ficar louca, quando o filho ia com a carreta para Rio Pardo, o marido saía a camperear com o Horácio e ela ficava ali no rancho sozinha horas e horas com a filha. Ouvia contar histórias horríveis de mulheres que tinham sido roubadas e levadas como escravas pelos índios coroados, que acabavam obrigando-as a se casarem com algum membro da tribo. Contavam-se também casos tenebrosos de moças que eram violentadas por bandoleiros. Seria mil vezes preferível viver como pobre em qualquer canto de São Paulo a ter uma estância, gado e lavoura ali naquele fundão do Rio Grande de São Pedro (Verissimo, 2012, p. 13).

Dona Henriqueta era uma pessoa frágil. Frágeis eram as condições que a localidade oferecia às mulheres. Por isso, ela vivia aterrorizada ante os perigos de viver em um lugar sem segurança, onde ela e os seus poderiam sofrer todos os tipos de agressões violentas e desumanas. Temia pela filha e via os filhos e o marido totalmente entregues àquela terra:

E quanto mais o tempo passava mais o marido e os filhos iam ficando como bichos naquela lida braba... Parecia que a terra ia se entranhando não só na pele como também na alma deles. Andavam com as mãos encardidas, cheias de talhos e calos. Maneco à noite deitava-se sem mudar a camisa, que cheirava a suor, a sangue e a carne crua. (Verissimo, 2012, p. 14).

Mas sabia que, entre o seu querer e os do marido, o que sempre prevalecia era o dele. Parecia a ela que isso era natural, a endossar a lógica do sistema patriarcal, na qual o homem é quem detém a autoridade e o poder dentro da família, cabendo à mulher e ao resto da família obediência total ao patriarca. Dona Henriqueta aceitava quieta as decisões do marido, anulando as próprias vontades e orientando a filha a ter o mesmo comportamento submisso:

O olhar de Ana continuava voltado para o norte. O pai prometera vagamente voltar para São Paulo, logo que juntasse algum dinheiro. Mas dona Henriqueta, que conhecia bem o marido, desencorajava a filha: “Qual nada! Daqui ele não sai, nem morto”. E dizendo isso, suspirava. Às vezes, quando estava sozinha, chorava, mas na frente do marido vivia de cabeça baixa e raramente abria a boca (Verissimo, 2012, p. 9).

A tristeza caracteriza Dona Henriqueta. Frequentemente, ao longo da narrativa, é retratada com adjetivos que remetem a esse estado de espírito, como sucede, a título de exemplo, nesta passagem: “D. Henriqueta limitou-se a olhar para a filha com seus olhos *tristes*, mas não teve coragem de falar. O sofrimento dava-lhe ao rosto uma expressão estúpida” (Verissimo, 2012, p. 49, grifo nosso). O sentimento expresso por ela resulta da condição dura e sofrida de viver em um ambiente hostil e isolado da sociedade. Quando se casou com Maneco, acreditava que iria passar a vida em São Paulo, porém sua existência tinha sofrido uma guinada total:

Dona Henriqueta olhava desconsolada para a velha roca que estava ali no rancho, em cima do estrado. Era uma lembrança de sua avó portuguesa e talvez a única recordação de sua mocidade feliz. Casara com Maneco Terra na esperança de ficar para sempre vivendo em São Paulo (Verissimo, 2012, p. 14).

Com a mudança da família para o Rio Grande do Sul, ocorreu uma ruptura na vida de Dona Henriqueta, levando-a a abdicar totalmente da própria felicidade e passando a seguir resignadamente o sonho do marido, cumprindo o papel de esposa submissa conforme as tradições patriarcais. Intimamente, ela achava tudo aquilo uma loucura, pois tinha custado a vida de um dos filhos, Lucinho, que tinha morrido naquele sítio. Mas, sem direito à fala, o que restava a ela, com o fito de consolar-se, era cantarolar cantigas tristes pelos cantos: “Ana não se lembrava de jamais ter ouvido música de verdade naquela casa. Às vezes um dos irmãos assobiava. Ou então eram as cantigas tristonhas e desafinadas de sua mãe” (Verissimo, 2012, p. 25). Entoar cantigas era a forma que Dona Henriqueta tinha encontrado para se expressar, somando a essa ação alguns suspiros de tristeza que consumiam o seu ser lentamente. Certa vez, ousou expressar ao marido o que motivava alguns de seus queixumes, porém, de imediato, Maneco a reprimiu, e ela aceitou resignada a decisão dele:

De quando em quando d. Henriqueta suspirava baixinho. E de repente, em meio dum silêncio picado pelo cricrilar dos grilos, ela disse:

– *Precisamos dum cachorro.*

Tinham tido um perdigueiro que, fazia muito, havia morrido duma mordida de cobra-coral. Desde então Maneco vivia a prometer que mandaria buscar um ovelheiro no Rio Pardo, mas nunca mandava. E agora, ouvindo a observação da mulher, ele perguntou:

– Quem foi que falou em cachorro?

– Ninguém. Eu é que me lembrei. *Sinto falta de cachorro aqui em casa.* (Verissimo, 2012, p. 35, grifos nossos).

Sua estrita obediência ao marido a impedia de esboçar qualquer manifestação de contrariedade. E essa postura tem relação direta com o meio cultural no qual ela tinha sido criada, porque esse comportamento era passado de geração em geração, fortalecendo os padrões patriarcais. A menção de ter um cachorro feita por d. Henriqueta – como se detecta na citação acima – soa para Maneco quase como um acinte. Afinal de contas, o que ela desejava não era de interesse dele, levando-a a tergiversar, substituindo o expressivo “Precisamos dum cachorro” pela construção “Sinto falta de cachorro aqui em casa”, que quase exprime um pedido de desculpas. Além desse momento constrangedor diante de Maneco, houve outro em que ela ousou se manifestar diante dele com mais convicção e propriedade:

Um dia d. Henriqueta *sugeriu timidamente* ao marido que levasse o neto ao Rio Pardo para que o vigário o batizasse. Maneco pulou, furioso:

– No Rio Pardo? Estás louca. Pra todo mundo querer saber quem é o pai da criança? Estás louca. Pra arrastarem meu nome no barro? Estás louca varrida.

– Então o inocente vai ficar pagão?

– O melhor mesmo era ele ter nascido morto – retrucou o velho. (Verissimo, 2012, p. 52-53, grifos nossos).

No “sugeriu timidamente”, atribuído pelo narrador à Dona Henriqueta, é possível examinar o medo e a apreensão dela ao dirigir a palavra ao marido. Noutra passagem da novela, quando sua filha confia que está grávida de Pedro Missioneiro e o patriarca escuta a

conversa das duas, nem mesmo nesse momento em que Ana mais precisou de apoio, ela se arriscou a questionar o esposo. Espantada, apenas conseguiu mencionar o nome dele: “— Maneco... — balbuciou d. Henriqueta. E não pôde dizer mais nada” (Verissimo, 2012, p. 46). Seus receios chegavam a ponto de ela se preocupar em manter seus sentimentos escondidos do marido, temendo-lhe a censura moral: “E aos poucos Ana percebeu que a mãe chorava de mansinho, sem ruído: os soluços mal reprimidos sacudiam-lhe os ombros ossudos. D. Henriqueta aproximou-se da filha e choramingou...” (Verissimo, 2012, p. 45). Até mesmo quando ela deixava escapar seus sentimentos, não abandonava seu lugar de submissão: “Havia lágrimas nos olhos de dona Henriqueta – lágrimas que lhe escorriam pelas faces sem que ela procurasse escondê-las ou enxugá-las. E mesmo na tristeza, seu rosto não perdia a expressão de resignada serenidade” (Verissimo, 2012, p. 25).

A tristeza do olhar de Dona Henriqueta era algo tão marcante que, anos depois, ao olhar-se a si mesma, Ana “[...] descobria sempre novos fios brancos nos cabelos e às vezes nos seus próprios olhos via os olhos tristonhos da mãe. ‘Espelho é coisa do diabo’, concluía. Quem tinha razão era seu pai” (Verissimo, 2012, p. 86). Ela temia ter o mesmo destino da mãe, por isso tratou de dar um rumo diferente à sua vida, mas ao se deparar com a própria imagem no espelho, via ali refletido a tristeza da mãe e indagava-se se conseguiria ter um destino diferente. Com o intuito de não repetir a sina materna, Ana “[...] trabalhava de sol a sol, em casa e na lavoura, fazendo serviço de homem. Para Ana, não havia domingo nem dia santo” (Verissimo, 2012, p. 86). Esta postura de Ana revela uma forma de manter a própria liberdade, evitando, assim, que algum homem passasse a lhe dar ordens ou abusasse dela. Agindo dessa forma, ela atendia a suas próprias vontades e, dona de si, podia escrever a própria história, tornando-a diferente da mãe, uma mulher silenciada cujos dias dedicados ao trabalho extenuante consumiram-lhe a existência, uma mulher que nunca pôde supor que fosse possível romper a condição de total submissão ao marido.

Anos mais tarde, certamente devido às lembranças de uma mãe quase que escravizada às vontades do pai, Ana chegou à constatação de que crianças do sexo feminino estavam fadadas à sujeição a um mundo que girava em torno dos homens:

No inverno de 1806 Ana ajudou a trazer para o mundo seu segundo neto, uma menina que recebeu o nome de Bibiana. Ao ver-lhe o sexo, a avó resmungou: “Mais uma escrava”. E atirou a tesoura em cima da mesa num gesto de raiva e ao mesmo tempo de alegria. (Verissimo, 2012, p. 96).

O comentário de Ana sobre a neta Bibiana se alicerça na crônica familiar. Fora assim com a mãe. Ana temia, portanto, o mesmo destino das outras descendentes femininas. Em sua mente, existia a realidade de mulheres, como a da mãe, fadadas ao trabalho braçal, ao medo e à submissão masculina, à mercê de uma sociedade na qual as mulheres menos abastadas tinham tão pouco direitos quanto um escravo. De qualquer modo, o misto de raiva e alegria expresso por Ana evidencia que, a despeito da desvalorização feminina, mulheres como a mãe representavam grande importância para o desenvolvimento familiar, econômico e social da região. Faltara à Dona Henriqueta a valorização, o reconhecimento, cabia, pois, a Ana e as descendentes femininas da família preencher esta lacuna.

Não da mesma cepa resignada da mãe, mas dedicada à família como Dona Henriqueta, logo depois do terror que abateu todos os homens da sua família, Ana assumiu o espírito de

fundadora de uma nova família na qual mulheres passariam a ter importância, assumindo a responsabilidade total pelo filho, pela cunhada açoriana e pela sobrinha. De certa forma, o exemplo viera da mãe. Mesmo tendo morrido escravizada a uma labuta sem fim, dona Henriqueta representa a retidão, a base familiar dos Terra, pois – mesmo silenciada, mesmo subjugada a Maneco – era ela quem trazia um pouco de humanidade àquelas almas hostis, tornando-se responsável por repassar sua cultura e suas tradições, como a tesoura e a roca, símbolos ao mesmo tempo de resignação e resistência, que acabaram transmitidas às gerações subsequentes dos Terra.

Considerações finais

Levando-se em conta a situação da mulher no mundo rural, a perspectiva apresentada de Dona Henriqueta permite compreender a pouca representatividade desta personagem dentro do núcleo familiar em virtude das situações de condicionamento da mulher ao homem numa sociedade fortemente marcada pelos valores da ordem patriarcal.

Como pôde ser observado ao longo deste artigo, Dona Henriqueta não apresentava voz ativa e resignadamente ocupava seu papel de dona de casa, esposa e mãe. Como esperado num universo machista e opressor, ela não tinha nenhum tipo de reconhecimento do marido. Pelo contrário, a seguinte passagem ilustra o padrão de relacionamento entre o casal: “Maneco lançou-lhe um olhar de reprovação: aquilo era então pergunta que uma mulher velha fizesse?” (Verissimo, 2012, p. 28). Noutros exemplos apresentados ao longo do texto, ficou patente que ela era sempre censurada, repreendida e tratada com desdém, digna de sentimento de pena até da filha. Esta, como já foi abordado anteriormente, sequer sofreu com a morte da mãe por perceber a infeliz vida que levava.

Dona Henriqueta não acreditava que pudesse modificar sua sina de servidão. Até o desejo de regressar para o estado de São Paulo, onde vivera alguns momentos de felicidade, causava-lhe tristeza. Submissa ao marido, nunca ousaria mencionar qualquer coisa nesse sentido a Maneco. Sabia da fascinação do marido por aquele lugar inóspito, iludido pela tradição familiar de desbravar o sul do país:

[...] o avô de Maneco fora um dos muitos bandeirantes que haviam trilhado a estrada da serra Geral e entrado nos campos do Continente, visitando muitas vezes a Colônia de Sacramento. Quando voltava para casa, tantas maravilhas contava aos filhos sobre aqueles campos do Sul, que Maneco crescera com a mania de vir um dia para o Rio Grande de São Pedro criar gado e plantar. Antes dele, seu pai, Juca Terra, também cruzara e recruzara o Continente, trazendo tropas. Todos diziam que o Rio Grande tinha um grande futuro, pois suas terras eram boas e seu clima salubre. E eles vieram. (Verissimo, 2012, p. 14).

Logo, qualquer menção de Dona Henriqueta menosprezando aquele lugar e salientando a vontade de retornar a São Paulo seria um desrespeito aos antepassados do marido, aos sonhos e às crenças da família Terra. Atitude inaceitável para uma mulher respeitosa de família. Então ela se calava, oprimindo dentro de si todo e qualquer sentimento.

Ao longo da narrativa, Dona Henriqueta é apresentada como uma pessoa resignada, uma mulher analfabeta vivendo com a família em extremo isolamento social, labutando e

sofrendo à mercê do lugar onde estavam e de uma lógica social que a condicionava aos valores masculinos. Nesta personagem feminina, o silêncio é o grande companheiro dos seus dias e a compensação de suas frustrações se traduz em trabalho.

Circunscrita basicamente ao espaço e às lides domésticas, não há dúvida de que ela vive enclausurada na habitação rural. Num trecho da narrativa, esta situação é expressa por Maneco quando afirma veementemente “[...] que mulher era para ficar em casa [...]” (Verissimo, 2012, p. 14), corroborando que Dona Henriqueta leva uma existência oprimida e condicionada socialmente ao sistema patriarcal.

Estudar a representação feminina de Dona Henriqueta demonstra como a força dos valores patriarcais presentes na sociedade brasileira há séculos serve como forma de coerção das mulheres. Além disso, o estudo desta personagem permite ao leitor compreender o estado limitante, excludente e de inferioridade sofrida por gerações de mulheres, que, muitas vezes, até hoje são vistas e julgadas pela sociedade por esse viés hierárquico.

No âmbito da narrativa, a análise da personagem traz um retrato da aceitação do lugar de submissão ao qual a mulher estava condicionada. Sem dúvida nenhuma, Dona Henriqueta endossa essa aceitação e não procura esboçar algum tipo de reação.

Desse modo, pôde ser percebido, por meio das reflexões acerca de Dona Henriqueta, a reprodução do sistema patriarcal que a assinala como uma quase escravizada em virtude da situação de mulher oprimida e menosprezada. Além de mulher, o fato de viver no meio rural – espaço onde a ordem patriarcal sempre se revelou mais impactante – torna-se condição para que ela seja relegada a uma situação de invisibilidade dentro da própria família.

Dentro das condições adversas enfrentadas por ela, lidando com um sistema hierárquico que não oferece oportunidades às mulheres, Dona Henriqueta pode ser compreendida, na esfera das adversidades pelas quais passa, como figura feminina forte, fundamental para a sobrevivência familiar. Sua força vem da circunstância de aguentar resignadamente a hostilidade do ambiente, do marido, sem expressar qualquer reação que pudesse representar algum sinal de desobediência, aceitando completamente a sua condição de inferioridade, legando, com sua anulação ante tudo e todos, uma filha que – para não reproduzir a humilhante existência da mãe – se empoderou e construiu uma família importante.

REFERÊNCIAS

AREND, Silvia Fávero. Meninas: trabalho, escola e lazer. In: PINSKY, Carla Bassanezzi; PEDRO, Joana Maria (org.) *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 34-42.

BORELLI, Andrea; MATOS, Maria Izilda. Trabalho: espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezzi; PEDRO, Joana M. (org.) *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 69-73.

CHIAPPINI, Ligia. Ana Terra e um certo capitão Rodrigo. In: AGUIAR, Flávio Aguiar (org.). *Caderno de Leituras Erico Verissimo: orientações para o trabalho em sala de aula*. São Paulo: Schwarcz, 2005. p. 16-24.

FRANZEN, Beatriz. A presença da mulher luso-açoriana na nascente sociedade sul-riograndense. *Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, p. 67-91, 15 dez. 2008. Disponível em: <https://www.ihgrgs.org.br/artigos/membros/Beatriz%20Franzen%20-%20A%20Presen%C3%A7a%20da%20Mulher%20Luso-A%C3%A7oriana.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2024.

HAHNER, June E. Mulheres da elite: honra e distinção das famílias. *In*: PINSKY, Carla Bassanezzi; PEDRO, Joana M. (org.) *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 23-33.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do sul. *In*: DEL PRIORE, Mary (org.); PINSKY, Carla B. (coord.). *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 232-269.

SCOTT, Ana Silva Volpi. Família: o caleidoscópio dos arranjos familiares. *In*: PINSKY, Carla Bassanezzi; PEDRO, Joana M. (org.) *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 9-22.

VERISSIMO, Erico. *Ana Terra*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.